

O tempo de arrocho se anuncia no Brasil

TRIBUNA DO BRASIL

04 SET 2006

Depois das bondades, redução de gastos do novo governo será inevitável em 2007

O próximo presidente não terá como escapar: vai iniciar nova gestão adotando medidas impopulares para cortar gastos. O ano de 2006 foi o das bondades e 2007 será o ano das crueldades. Este ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um aumento generoso para o salário mínimo, elevou o salário dos funcionários públicos, ampliou os programas de assistência social. Em 2007, será a hora de ajustar as contas e dar um sinal claro que a despesa pública vai parar de crescer.

Do contrário, a imagem do Brasil junto a investidores externos e internos será prejudicada, com resultados desastrosos sobre o crescimento econômico, que já exhibe sinais de enfraquecimento. A forma de corte, porém, é um assunto so-



Ministro Paulo Bernardo confirmou necessidade das medidas

bre o qual os candidatos só falam por alto. "Nunca vi candidato à presidência falando em proposta de ajuste, a não ser de forma genérica", comentou o economista Raul Velloso, especialista em política fiscal. Ele acha que os candidatos já devem estar elaborando medidas

de corte na despesa para anunciar logo nos primeiros dias de governo. "A experiência mostra que o presidente eleito tem 100 dias para aprovar as medidas impopulares", observou.

"Depois, fica mais difícil passá-las no Congresso." O ministro do Planejamento,

Paulo Bernardo, confirmou que já há medidas de corte no gasto público em discussão dentro do governo para um eventual segundo mandato de Lula. "Logo na abertura dos trabalhos do Congresso deveremos entrar com uma proposta de reforma fiscal", informou. A idéia é fazer com que a despesa pública continue aumentando, mas num ritmo inferior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Propostas

Bernardo adiantou exemplos de medidas. Uma seria a regulamentação da chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Saúde. Ela determina que, a cada ano, a verba destinada à área de saúde seja corrigida conforme o crescimento do PIB.

A outra seria encaminhar, logo no início do ano, a regulamentação do fundo de previdência dos funcionários públicos. Quando aprovada, será possível limitar a aposentadoria do servidor ao valor máximo pago pelo INSS, colocando um "freio" nesse despesa.